



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Reforçar a fiscalização dos estabelecimentos de educação infantil

Nos últimos anos, têm-se registado casos de maus-tratos e abuso sexual de crianças, e alguns aconteceram em estabelecimentos relacionados com o desenvolvimento das crianças, por exemplo creches e centros de explicações e de educação contínua. Recentemente, 3 crianças foram alegadamente maltratadas numa creche não-subsidiada (particular), o que despertou a atenção da sociedade para a fiscalização e reforço das medidas de segurança nestes estabelecimentos, no sentido de evitar prejuízos para as crianças.

Muitos pais que têm crianças nessa creche e outros encarregados de educação mostraram-me a sua preocupação com o referido caso, e pediram apoio, querendo saber sobre as regras de comunicação, o fluxograma, o prazo e as consequências para os trabalhadores envolvidos em casos de maus-tratos de crianças nas creches. Os pais acham que o Governo tem a responsabilidade de esclarecer a sociedade sobre as medidas e procedimentos respectivos, e mais importante, avaliar se as actuais instruções e diplomas legais são suficientes.

Na realidade, em comparação com as creches subsidiadas, que por isso estão sujeitas a uma fiscalização mais rigorosa pelo Governo, as creches particulares, apesar de serem regulamentadas pelo mesmo Regime da emissão da licença de equipamento social, só pagam uma multa de 200 a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

20 000 patacas em caso de infração¹, ou não sofrem mesmo nenhuma consequência sancionatória, como o recente caso da creche que encerrou de repente e não sofreu nenhuma consequência, o que só demonstra a insuficiência da fiscalização. Mais, o Estatuto dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior, que regula os centros de explicações, também está desactualizado. O Governo adiantou recentemente que tinha concluído a elaboração do diploma² respectivo, mas não revelou informação sobre o início do processo legislativo.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As medidas de fiscalização e as sanções constantes do Regime da emissão da licença de equipamento social, definido há mais de 30 anos, estão desactualizadas. O Governo deve rever este regime em breve, para reforçar a fiscalização das creches, sobretudo das não subsidiadas. Vai fazê-lo?

2. Quanto ao recente caso de suspeitos maus-tratos de crianças numa creche, o Governo afirmou que ainda não tinha recebido o relatório de investigação da polícia. A creche continua a funcionar³, e os pais que têm crianças nessa creche, assim como outros encarregados de educação, estão preocupados com a segurança dos filhos. Assim, o Governo deve esclarecer a sociedade sobre as regras de comunicação, o fluxograma, o prazo e as consequências para os trabalhadores envolvidos em casos de maus-tratos de

¹ Artigo 26.º do Regime da emissão da licença de equipamento social, <https://bo.io.gov.mo/bo/i/88/39/declei90.asp#90>

² “DSEJ conclui diploma de revisão do regime dos centros de explicações”, TDM, 12 de Junho de 2020.

³ “IAS: 7 queixas contra creches nos primeiros 6 meses”, TDM, 1 de Setembro de 2020.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

crianças nas creches, e o respectivo plano de aperfeiçoamento, no sentido de dissipar as preocupações dos pais. Vai fazê-lo?

3. Os últimos casos de abuso sexual em centros de explicações despertaram a atenção da sociedade para a ética e requisitos de ingresso dos trabalhadores. O Governo adiantou recentemente que tinha concluído a elaboração do Estatuto dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior e do respectivo regulamento administrativo complementar, mas não revelou a calendarização legislativa, que também não consta do relatório sobre as linhas de acção governativa deste ano. Qual é então o ponto de situação do processo legislativo? Como é que vai ser reforçada a protecção das crianças, evitando que sejam prejudicadas nos referidos estabelecimentos?

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Wong Kit Cheng

4 de Setembro de 2020